



Prefeituras de Salvador, Florianópolis, Belo Horizonte e outras suspendem réveillon em razão de nova cepa. Queiroga vê o país mais preparado para enfrentar a ômicron

# Festa cancelada em sete capitais

» MARIA EDUARDA CARDIM  
» GABRIELA BERNARDES\*

Diante do “risco muito elevado” que a nova variante do novo coronavírus ômicron representa para o mundo, segundo análise da Organização Mundial da Saúde (OMS), diversas prefeituras indicaram que vão suspender as flexibilizações de medidas contra a covid-19 previstas para o final de ano.

Ao menos sete capitais cancelaram a festa de réveillon: Belo Horizonte, Salvador, Florianópolis, Fortaleza, São Luís, João Pessoa e Palmas. Em São Paulo, a flexibilização do uso de máscaras, prevista para 11 de dezembro, também está sob avaliação.

Enquanto prefeitos se preocupam com um novo possível avanço da covid, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, procurou passar tranquilidade. Ele disse que a ômicron não é uma variante de “desespero” e indicou que vê o Brasil mais preparado para uma “eventual” nova onda.

“Há três dias, foi anunciada uma nova variante, a variante ômicron. Eu falei, é uma variante de preocupação, mas não é uma variante de desespero. Não é uma variante de desespero, porque nós temos autoridades sanitárias comprometidas com a assistência de qualidade a nossa população”, disse Queiroga, durante solenidade para compra de 100 milhões de doses da Pfizer para 2022, em Salvador. Queiroga ainda destacou o preparo do sistema de saúde em relação à doença. “Nós reforçamos a capacidade dos nossos hospitais.

O governo Bolsonaro praticamente duplicou o número de leitos de UTI. [...] Hoje, se houver uma eventual terceira onda, teremos uma condição muito melhor de assistir a nossa população”, completou. O ministro comentou que chegou a conversar com Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre os riscos da ômicron e que não vê chances de “retrocessos” ou piora em relação às primeiras ondas da doença no país.



**Chegamos ao limite da decisão para o réveillon e acreditamos que não é o momento de colocar em risco tudo o que construímos até aqui, sempre colocando a vida das pessoas em primeiro lugar\***

**Bruno Reis (DEM),**  
prefeito de Salvador

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), pensa diferente. Ele anunciou, ontem, o cancelamento da festa de réveillon na capital baiana. Em relação ao carnaval, o prefeito disse que ainda não há decisão tomada, e que será divulgada junta com o governo estadual. Mesmo

com o avanço da vacinação, o cenário de incertezas provocado neste momento pela covid-19 levou à conclusão de que não há como realizar o Festival da Virada este ano, um evento para mais de 250 mil pessoas por dia, com segurança sanitária aos cidadãos, segundo o prefeito.

“Sempre disse que íamos avaliar o que está acontecendo no Brasil e no mundo, como a pandemia está se comportando em lugares com índices diferentes de vacinação. No entanto, chegamos ao limite da decisão para o réveillon e nós acreditamos que, diante de tudo o que estamos vendo, não é o momento de colocar em risco tudo o que construímos até aqui, sempre colocando a vida das pessoas em primeiro lugar”, afirmou Bruno Reis.

Com a possibilidade da chegada no Brasil da ômicron, a prefeitura de São Paulo pensa em adiar a liberação do uso de máscaras em ambientes externos. Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson

Aparecido, agora, é arriscado manter a previsão de liberação para as próximas semanas.

A gestão municipal ainda aguarda resultados de um estudo próprio para decidir se continuará seguindo o cronograma estabelecido pelo governo de João Doria (PSDB). A secretaria estadual de saúde deve divulgar um novo parecer sobre o assunto em 6 de dezembro.

O médico infectologista Julival Ribeiro alerta que o Brasil precisa monitorar intensamente a entrada da cepa no país, pois compreender o nível de gravidade da ômicron levará “desde dias a várias semanas”. Ele não vê segurança na realização de festas e comemorações, como o réveillon. “Devemos nos manter calmos, além de continuar vacinando e adotando as medidas preventivas. Desaconselho aglomerações e festas”, finalizou.

\* **Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**



## CASO KISS 2013-2021

# Julgamento pode durar 14 dias

» TAÍSA MEDEIROS  
» Especial para o Correio

Marcado para começar amanhã, em Porto Alegre, o julgamento do caso Kiss será uma maratona para todos os envolvidos. A estimativa é de que o júri tenha duração de duas semanas no Foro Central I, também chamado de Foro Criminal, na capital gaúcha. Mais de 30 pessoas serão ouvidas, entre sobreviventes e testemunhas. Após os depoimentos, promotores e advogados de defesa debaterão por nove horas, alternando-se em réplica e tréplica. Ao final, após receber a decisão dos jurados, o juiz proclama a sentença dos quatro réus do caso.

Cercado de expectativa, o julgamento da tragédia que abalou o país é aguardado há oito anos por centenas de famílias de Santa Maria. O incêndio ocorrido em 27 de janeiro de 2013 matou 242 pessoas e deixou 636 feridas. Os quatro réus do caso responderam por homicídio simples (242 vezes consumado, pelo número de mortos; e 636 vezes tentado, de acordo com o número de feridos).

Os acusados são os sócios da Kiss, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann; o vocalista da Banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos; e o produtor musical Luciano Bonilha Leão.

O Tribunal do Júri será presidido pelo juiz Orlando Faccini Neto, titular do 2º Juizado da 1ª Vara do Júri da Comarca de Porto Alegre. Sete jurados farão parte do Conselho de Sentença.

O julgamento em Porto Alegre é o ápice de uma batalha judicial que iniciou logo após a tragédia. Em 28 de janeiro, os sócios da boate e dois músicos tiveram a prisão temporária decretada. Em seguida, a prisão dos acusados passou a ser preventiva.

Quatro meses depois, em 29 de maio de 2013, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu que os réus poderiam responder ao processo em liberdade, situação

## A hora da Justiça

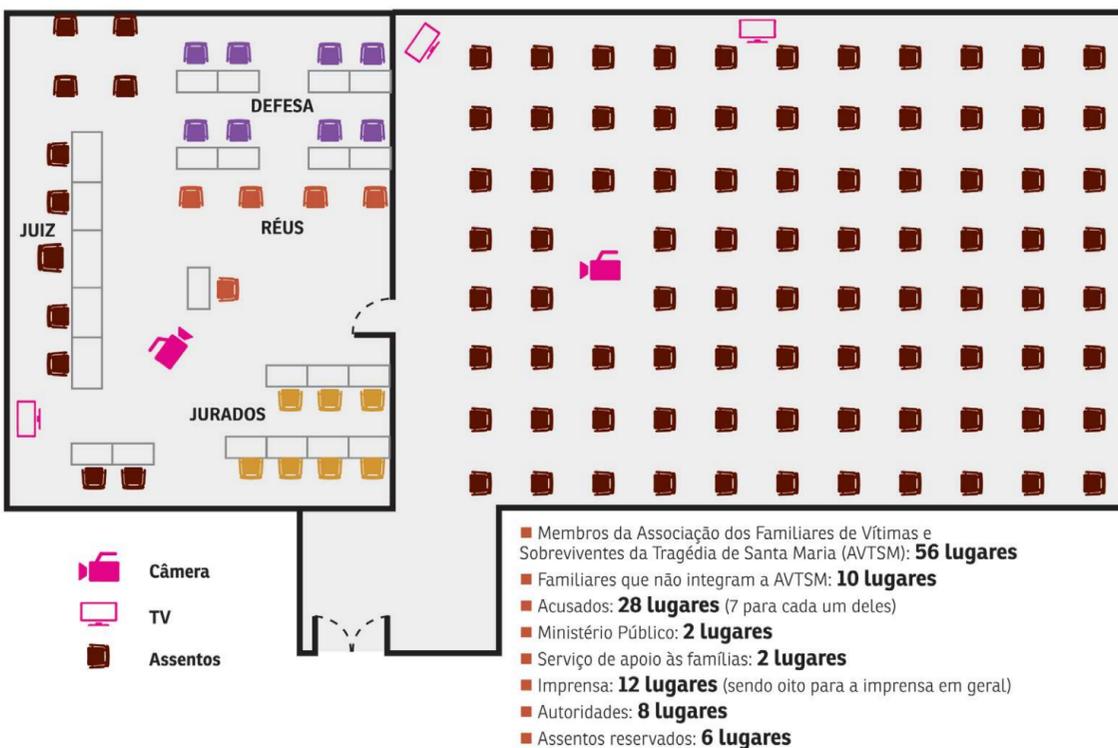
- O julgamento dos responsáveis pela tragédia da boate Kiss será um dos maiores júris da história do Rio Grande do Sul. A primeira sessão começa amanhã, às 13h, no Foro Central de Porto Alegre. Pela manhã, haverá o sorteio dos sete jurados que irão compor o Conselho de Sentença. À tarde iniciam-se os depoimentos. Serão ouvidos dez sobreviventes do incêndio, além de testemunhas chamadas pela defesa do réu Elissandro Spohr, o Kiko, para depor.
- Após o depoimento dos sobreviventes, é a vez das testemunhas. Acusação e defesa poderão chamar 5 depoentes cada.
- Em seguida, é a vez do interrogatório dos quatro réus. Eles podem responder

às perguntas ou permanecer em silêncio. Por fim, ocorre o debate entre a acusação e a defesa. O Ministério Público e os advogados de defesa se alternarão no júri, em sistema de réplica e tréplica.

- O júri acontecerá, todos os dias, a partir das 9h, sem previsão de horário para acabar. Haverá sessões nos três turnos, inclusive aos finais de semana, podendo, de acordo com as circunstâncias, adentrar a madrugada.
- O julgamento está previsto para durar duas semanas e será realizado no plenário do 2º andar do Foro Central I. Haverá ainda dois auditórios com transmissão ao vivo, localizados nos 5º e 6º andares.

### Quem é quem no plenário.

O plenário do Foro Central de Porto Alegre terá 124 cadeiras disponíveis. A distribuição dos lugares ficou definida da seguinte maneira:



que permanece desde então.

A abertura do julgamento será às 9h. O juiz realizará o sorteio dos jurados e deliberará questões pendentes. A partir das 13h, têm início os depoimentos.

Ouvidos os sobreviventes e as testemunhas, passa-se ao interrogatório dos quatro réus. Por

fim, ocorre o debate entre a acusação e a defesa.

O Ministério Público e seus assistentes terão 2h30 para as primeiras considerações da acusação. Em seguida, com este mesmo tempo, as quatro defesas se manifestam, totalizando cerca de 37 minutos para cada. Na

seqüência, a acusação terá mais duas horas para réplica. Já as defesas terão 2h para tréplica, totalizando 30 minutos para cada defesa de réu.

Após os debates, os jurados se reúnem em uma sala privada. Eles responderão ao questionário elaborado pelo magistrado

para fornecer subsídios à sentença. Os jurados decidirão individualmente — o voto é secreto — com depósito da cédula em uma urna. Prevalece o entendimento da maioria.

De volta ao plenário, o juiz anuncia o resultado e profere a sentença.

## EDUCAÇÃO

# Após o Inep, debandada atinge a Capes

» TAINÁ ANDRADE

Mais um órgão federal da área da educação sofre debandada de colaboradores. Entre a última sexta-feira e ontem, 52 pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), órgão encarregado de avaliar cursos de pós-graduação no país, pediram demissão. Seis coordenadores, entre titulares e adjuntos, das áreas de Matemática, Probabilidade e Estatística (Mape) e de Física entregaram os cargos. Com eles, foi boa parte dos membros das respectivas comissões, o que resultou, praticamente, na extinção de grupos de avaliação.

Pesquisadores se queixam de falta de diálogo com a diretoria do órgão e manifestam insatisfação com a “falta de empenho” da entidade para contestar decisão do Ministério Público Federal que suspendeu o processo de avaliação quadrienal da pós-graduação.

“Não bastasse a redução de recursos de toda ordem, notadamente o fomento à pesquisa científica, chegasse, em tempos recentes, ao desmonte do conjunto de políticas, instâncias e agências que mobilizam e executam a própria política pública nacional. Neste ano de 2021, em que a Capes realiza essa avaliação, questões externas e resultantes de contextos políticos e históricos anteriores acabaram por subsidiar ações do MPF e da Justiça Federal que vieram a judicializar a avaliação, sem antes ouvir as partes mais sensíveis do processo”, afirma carta assinada por parlamentares ligados à educação, e entidades acadêmicas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Assim como ocorreu no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) — que perdeu 37 servidores estratégicos poucas semanas antes do Enem —, os discursos entre a cúpula do órgão e os funcionários não se alinham.

Em nota, a Capes defendeu a união da comunidade científica e informou que a renúncia foi de apenas dois dos 49 coordenadores de áreas de avaliação, que trabalham com mais de 4,5 mil consultores. “Reaver a contribuição dos dois coordenadores é muito importante para o sistema, especialmente em momento em que a avaliação está em questionamento judicial”, diz a nota.

Outro ponto de conflito são as propostas de abertura de cursos novos. Para os professores e cientistas, novos cursos só poderiam ser criados após o término da avaliação quadrienal.

“O problema de fundo é que a principal função da Capes é fazer uma avaliação quadrienal dos cursos de formação. São quase quatro anos para estruturar o processo de avaliação, que foi suspenso pelo MP. Foi algo externo, que gerou um caos, porque são mais de 5 mil programas de graduação e havia mais de 5 mil pessoas mobilizadas. Como vamos avaliar novos cursos se os critérios de avaliação estão suspensos?”, questionou Luís Fernandes, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes.